



02/06/2025

Número: **5301172-64.2024.8.13.0024**

Classe: **[CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **26/11/2024**

Valor da causa: **R\$ 100.000.000,00**

Assuntos: **Recuperação judicial e Falência**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
CAFEBRAS COMERCIO DE CAFES DO BRASIL S/A (AUTOR)	
	DANIEL RIVOREDO VILAS BOAS (ADVOGADO)
COMPANHIA MINEIRA DE INVESTIMENTOS EM CAFES S.A. (AUTOR)	
	DANIEL RIVOREDO VILAS BOAS (ADVOGADO)
MONTESANTO TAVARES GROUP PARTICIPACOES S.A. (AUTOR)	
	DANIEL RIVOREDO VILAS BOAS (ADVOGADO)
ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (AUTOR)	
	DANIEL RIVOREDO VILAS BOAS (ADVOGADO)
ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (RÉU/RÉ)	
MONTESANTO TAVARES GROUP PARTICIPACOES S.A. (RÉU/RÉ)	
COMPANHIA MINEIRA DE INVESTIMENTOS EM CAFES S.A. (RÉU/RÉ)	
CAFEBRAS COMERCIO DE CAFES DO BRASIL S/A (RÉU/RÉ)	

Outros participantes	
Banco do Nordeste do Brasil S/A (TERCEIRO INTERESSADO)	
MUNICIPIO DE PATROCINIO (TERCEIRO INTERESSADO)	
MUNICIPIO DE VARGINHA (TERCEIRO INTERESSADO)	
BANCO DO BRASIL S.A (TERCEIRO INTERESSADO)	
	ADAIR VICENTE TEIXEIRA FILHO (ADVOGADO)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)	
	CINTHIA ACHAO DE LAMARE (ADVOGADO)
CARGILL, INCORPORATED (TERCEIRO INTERESSADO)	
	GABRIEL JOSE DE ORLEANS E BRAGANCA (ADVOGADO)
CREDIBILITA ADMINISTRACAO JUDICIAL E SERVICOS LTDA - ME (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	ALEXANDRE CORREA NASSER DE MELO (ADVOGADO)

PAOLI BALBINO & BALBINO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)			
			OTAVIO DE PAOLI BALBINO DE ALMEIDA LIMA (ADVOGADO)
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)			
ADVOGADOS CREDORES (TERCEIRO INTERESSADO)			
			HERNANIA APARECIDA SOUSA (ADVOGADO) LAZARO PAULO ESCANHOELA JUNIOR (ADVOGADO) FERNANDO BILOTTI FERREIRA (ADVOGADO) GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (ADVOGADO) PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES (ADVOGADO) CAIO SCHEUNEMANN LONGHI (ADVOGADO) BRUNO DELGADO CHIARADIA (ADVOGADO) ANA GABRIELA MENDES CUNHA E COSTA (ADVOGADO) OCTAVIO FERRAZ PEDROSO (ADVOGADO) CINTHIA ACHAO DE LAMARE (ADVOGADO) FABRICIO ROCHA DA SILVA (ADVOGADO) RAFAEL DOS REIS NEVES (ADVOGADO) GABRIEL JOSE DE ORLEANS E BRAGANCA (ADVOGADO)
WAGNER MIRANDA ROCHA (PERITO(A))			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10452061255	16/05/2025 20:44	<a href="#">MT Tradings_Plano Recuperação Judicial - v. final as</a>	Documento de Comprovação



# PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Belo Horizonte

Maio de 2025



Elaborado por:

**PAAR Consultoria Empresarial Ltda.**



Endereço: Alameda do Ingá, nº 88, 5º andar - Vale do Sereno, Nova Lima/MG, CEP 34.006-042 Telefone: +55 (31) 3286.3000

[www.paarconsultoria.com.br](http://www.paarconsultoria.com.br)

[paar@paarconsultoria.com.br](mailto:paar@paarconsultoria.com.br)

**Art. 47, Lei 11.101/2005**

*“A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.*



**Sumário**

**1. DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO ..... 5**

    1.1    Definições ..... 5

    1.2    Prazos. .... 9

**2. CONTEXTUALIZAÇÃO ..... 9**

    2.1    As Recuperandas ..... 9

    2.2    A Crise Econômico-Financeira..... 10

**3. REESTRUTURAÇÃO E VIABILIDADE ECONÔMICA ..... 17**

    3.1    Visão Geral da Reestruturação e Demonstração da Viabilidade Econômica das Recuperandas. .... 17

    3.2    Alcance ..... 18

**4 MEIOS DE RECUPERAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DOS CRÉDITOS ..... 19**

    4.1    Meios de Recuperação e Forma de sua Apresentação neste PRJ ..... 19

    4.2    Pagamentos aos Credores da Classe I (Credores Trabalhistas). .... 20

    4.3    Pagamento aos Credores da Classe II (Credores com Garantia Real). .... 20

    4.4    Pagamento aos Credores da Classe III (Credores Quirografários)..... 21

    4.5    Pagamento aos Credores da Classe IV (Credores ME ou EPP). .... 21

    4.6    Pagamento aos Credores Fornecedores Parceiros. .... 21

    4.7    Créditos Ilíquidos ..... 22

    4.8    Constituição de Novos Créditos ou Alteração de Créditos já Existentes ..... 23

    4.9    Meios de Pagamento..... 23

    4.10   Demais Meios de Recuperação ..... 24

**5 EFEITOS DO PLANO ..... 25**

    5.1    Vinculação do Plano ..... 25

    5.2    Extinção de Ações..... 25

    5.3    Quitação..... 26

    5.4    Protestos..... 26

    5.5    Modificação do Plano..... 27



6 DISPOSIÇÕES GERAIS.....27

6.1 Contratos Existentes e Conflitos .....27

6.2 Aprovação de Autoridades Governamentais .....27

6.3 Anexos .....27

6.4 Encerramento da Recuperação Judicial .....28

6.5 Comunicações.....28

6.6 Data do Pagamento .....28

6.7 Descumprimento do PRJ .....28

6.8 Divisibilidade das Previsões do Plano.....29

6.9 Lei Aplicável .....29

6.10 Eleição de Foro.....29



## PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**ATLÂNTICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. – Em Recuperação Judicial** (“Atlântica” ou “Recuperanda”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.936.815/0001-75, com sede na Avenida Princesa do Sul, 1885, Varginha/MG, cep. 37062-447;

**CAFEBRAS COMÉRCIO DE CAFÉS DO BRASIL S.A. – Em Recuperação Judicial** (“Cafebras” ou “Recuperanda”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.611.589/0001-67, com sede na Avenida General Astolfo Ferreira Mendes, 650, Galpão, Morada do Sol, Patrocínio/MG, cep. 38744-604;

**MONTESANTO TAVARES GROUP PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial** (“Montesanto Group” ou “Recuperanda”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.243.666/0001-52, com escritório na Avenida Barão Homem de Melo, 4.554, 10º andar, em Belo Horizonte-MG, cep. 30.360-670; e

**COMPANHIA MINEIRA DE INVESTIMENTOS EM CAFÉ S.A. – Em Recuperação Judicial** (“Companhia Mineira” ou “Recuperanda”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.848.023/0001-72, com escritório na Avenida Barão Homem de Melo, 4.554, 10º andar, em Belo Horizonte-MG, cep. 30.360-670;

em conjunto chamadas de “Recuperandas” ou de “Grupo MT Tradings”,

**APRESENTAM**, nos autos do processo de Recuperação Judicial de nº 5301172-64.2024.8.13.0024, em curso perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, o seu Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), em cumprimento ao disposto no art. 53, da Lei nº 11.101, de 9.2.2005 (“LRE”), de acordo com as condições a seguir.

### 1. DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

#### 1.1 Definições

Os termos e expressões abaixo terão os significados que lhes serão atribuídos neste item. As definições são aplicáveis no singular e no plural, no gênero masculino ou no feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído. A lista abaixo não prejudica outras definições que venham a ser introduzidas ao longo do Plano.

**1.1.1. “Administradores Judiciais”:** São as sociedades *Paoli Balbino & Balbino*



*Sociedade de Advogados*, representada pelo Dr. Otávio de Paoli Balbino, inscrito na OAB/MG sob o nº 123.643, com endereço na Avenida Brasil, 1.666, 13º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, CEP 30.140-004 e *Credibilità Administração Judicial e Serviços Ltda.*, representada pelo Dr. Alexandre Correa Nasser de Melo, inscrito na OAB/PR sob o nº 38.515, com endereço na Avenida Iguaçu, nº 2.820, Conj. 1001/1010, 10º andar, Água Verde, Curitiba-PR, nomeadas pelo Juízo da Recuperação Judicial ou quem venha a substituí-los.

**1.1.2.**     “Assembleia de Credores”: É qualquer Assembleia Geral de Credores, convocada e instalada na forma prevista na LRE.

**1.1.3.**     “Constituição Definitiva do Crédito Trabalhista”: É a data em que a condenação pela Justiça do Trabalho se tornar imutável e definitiva, isto é, a data em que houver o trânsito em julgado da respectiva sentença condenatória e da sua liquidação definitiva.

**1.1.4.**     “Créditos com Garantia Real”: São os Créditos Concursais garantidos por direitos reais até o limite do valor da garantia efetivamente existente ou que puder ser performada, na data de apresentação deste PRJ, nos termos do art. 41, inciso II e § 2º, da LRE.

**1.1.5.**     “Créditos Concursais”: São os créditos detidos contra as Recuperandas, sejam materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, existentes na Data do Pedido ou cujo fato gerador seja anterior ou coincidente com a Data do Pedido, que estão sujeitos aos efeitos deste Plano, nos termos da LRE.

**1.1.6.**     “Créditos Ilíquidos”: São os Créditos Concursais que sejam objeto de discussões administrativas ou judiciais.

**1.1.7.**     “Créditos ME ou EPP”: São os Créditos Concursais detidos por pessoas jurídicas que se organizem sob a forma de microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 41, inciso IV, da LRE, existentes na Data do Pedido de RJ.

**1.1.8.**     “Créditos Quirografários”: São os Créditos Concursais comuns, assim considerados os que se enquadrarem na definição do art. 83, inciso VI, da LRE e demais inclusões deste PRJ, existentes na Data do Pedido de RJ.

**1.1.9.**     “Créditos Trabalhistas”: São os Créditos Concursais de natureza trabalhista ou a eles equiparados, além dos Créditos Concursais decorrentes de acidente de





trabalho, vencidos ou vincendos, existentes na Data do Pedido de RJ.

**1.1.10. “Créditos Trabalhistas Judicializados”:** São os Créditos Trabalhistas que decorram ou dependam de decisão da Justiça do Trabalho.

**1.1.11. “Credores com Garantia Real”:** São os Credores Concursais titulares de Créditos com Garantia Real, incluindo seus cessionários ou sucessores a qualquer título.

**1.1.12. “Credores Concursais”:** São os credores detentores de Créditos Concursais, incluindo seus cessionários ou sucessores a qualquer título.

**1.1.13. “Credores Fornecedores Parceiros”:** São Credores Concursais que: i) forneçam matérias-primas, insumos, recursos, serviços ou bens considerados pelas Recuperandas como essenciais à manutenção das suas atividades operacionais, em relação aos quais a continuidade do fornecimento seja estratégica para a preservação da empresa, da função social e dos empregos vinculados à sua operação; e ii) observem as condições e procedimentos previstos na cláusula 4.6.

**1.1.14. “Credores ME ou EPP”:** São os Credores Concursais titulares de Crédito ME ou EPP, incluindo seus cessionários ou sucessores a qualquer título.

**1.1.15. “Credores Quirografários”:** São os Credores Concursais titulares de Créditos Quirografários, incluindo seus cessionários ou sucessores a qualquer título.

**1.1.16. “Credores Trabalhistas”:** São os Credores Concursais titulares de Créditos Trabalhistas, incluindo seus cessionários ou sucessores a qualquer título.

**1.1.17. “Credores Trabalhistas Judicializados”:** São os Credores Concursais titulares de Créditos Trabalhistas Judicializados, incluindo seus cessionários ou sucessores a qualquer título.

**1.1.18. “Data da Aprovação”:** Data da aprovação, pela Assembleia Geral de Credores, do Plano de Recuperação Judicial.

**1.1.19. “Data de Homologação”:** Data da publicação da Homologação Judicial do Plano, no Diário do Judiciário Eletrônico do Estado de Minas Gerais.

**1.1.20. “Data do Pedido de RJ”:** Data em que o pedido da Recuperação Judicial foi ajuizado, isto é, 25.2.2025.



**1.1.21.** “Dia Útil”: Qualquer dia, com exceção de sábado, domingo ou feriado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, também se excetuando qualquer dia em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário ou funcionamento da Justiça Estadual na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

**1.1.22.** “Homologação Judicial do Plano”: É a decisão judicial proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial que concede a Recuperação Judicial, nos termos do art. 58, da LRE.

**1.1.23.** “Juízo da Recuperação Judicial”: É o Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte.

**1.1.24.** “Laudo de Avaliação dos Bens e Ativos”: É a avaliação dos bens patrimoniais das Recuperandas, constante dos balanços patrimoniais (**Anexo I**).

**1.1.25.** “Laudo Econômico-Financeiro”: São as projeções consolidadas de resultados e de fluxo de caixa das Recuperandas, elaboradas com base nas informações prestadas por elas, que fornecem os subsídios necessários para se aferir a viabilidade do Plano de Recuperação Judicial ora apresentado (**Anexo II**).

**1.1.26.** “Lista de Credores”: É a lista de credores publicada pelos Administradores Judiciais e suas eventuais alterações decorrentes de cessões de crédito, decisões supervenientes, liminares ou definitivas e pedidos de reservas, que relacionam os Créditos Concursais.

**1.1.27.** “LRE”: Lei que regula a Recuperação Judicial, a Extrajudicial e a Falência do devedor empresário (Lei nº 11.101, de 9.2.2005).

**1.1.28.** “Passivo Reestruturado”: É o endividamento novado nos termos do presente Plano de Recuperação Judicial.

**1.1.29.** “Plano de Recuperação Judicial” ou “PRJ” ou “Plano”: Trata-se deste documento, apresentado pelas Recuperandas, nos termos do art. 53, da LRE.

**1.1.30.** “Recuperação Judicial” ou “RJ”: É o processo de recuperação judicial autuado sob nº 5301172-64.2024.8.13.0024, em curso perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte.

**1.1.31.** “SAC”: É o Sistema de Amortização Constante, segundo o qual o valor

do principal é pago em cupons fixos acrescidos dos juros incidentes sobre o saldo devido no período imediatamente anterior a cada pagamento.

## 1.2 Prazos.

Todos os prazos previstos neste PRJ serão contados em dias corridos, na forma determinada no art. 132 do Código Civil de 2002, desprezando-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

### 2.1 As Recuperandas

O Grupo MT Tradings se dedica, desde sua constituição, à comercialização de cafés, tanto no mercado nacional, quanto (e principalmente) no estrangeiro (comprando o produto para revendê-lo, daí serem chamadas de *tradings*), por meio de frequentes operações de venda interna ou exportação dos produtos cultivados no Brasil, que possui larga tradição no setor.

A **Atlântica**, fundada em 2000, se posiciona entre os principais exportadores de café arábica em grãos verdes do Brasil, nas linhas “Superior” e “Comercial”, chegando a responder por cerca de 8% (oito por cento) das vendas nacionais de arábica. Conta com escritório moderno em Belo Horizonte (MG) e filiais em Varginha (MG), Caparaó (MG) e Manhuaçu (MG), além de um armazém com capacidade para processar 300.000 (trezentas mil) sacas de café por ano e armazenar de forma simultânea outras 250.000 (duzentas e cinquenta mil).

A **Cafebras**, fundada em 2013, no município de Patrocínio/MG, concentrou-se em cafés especiais, que se destinam a mercados consumidores mais exigentes, contando seus produtos com diversas certificações, tais como *Rainforest*, *Orgânico*, *Fairtrade* e *4C*. Seus escritórios estão distribuídos nos municípios de Patrocínio (MG), Varginha (MG) e Alto Caparaó (MG).



A **Montesanto Group** e a **Companhia Mineira** são sociedades empresárias que atuam majoritariamente como *holdings*, tendo oferecido garantias pessoais em relações creditícias celebradas pela Atlântica e a Cafebras.

Atualmente, as duas sociedades empresárias operacionais (Atlântica e Cafebrás) contam com uma rede de aproximadamente 2.000 (dois mil) produtores locais para o fornecimento de seus cafés. Ao longo dos anos, as Recuperandas experimentaram relevante crescimento, guiadas por sua cultura empresarial que prega o acompanhamento do café desde a produção, passando pela armazenagem e o processo de exportação, até a efetiva entrega ao cliente. Esse diferencial tornou as duas *tradings* referência na qualidade do produto exportado, com o consequente incremento dos negócios e de sua posição no mercado internacional.

Na atualidade, apesar de enfrentarem quadro de instabilidade econômico-financeira, as Recuperadas seguem demonstrando resiliência, como se pode aferir por alguns indicadores bastantes expressivos:

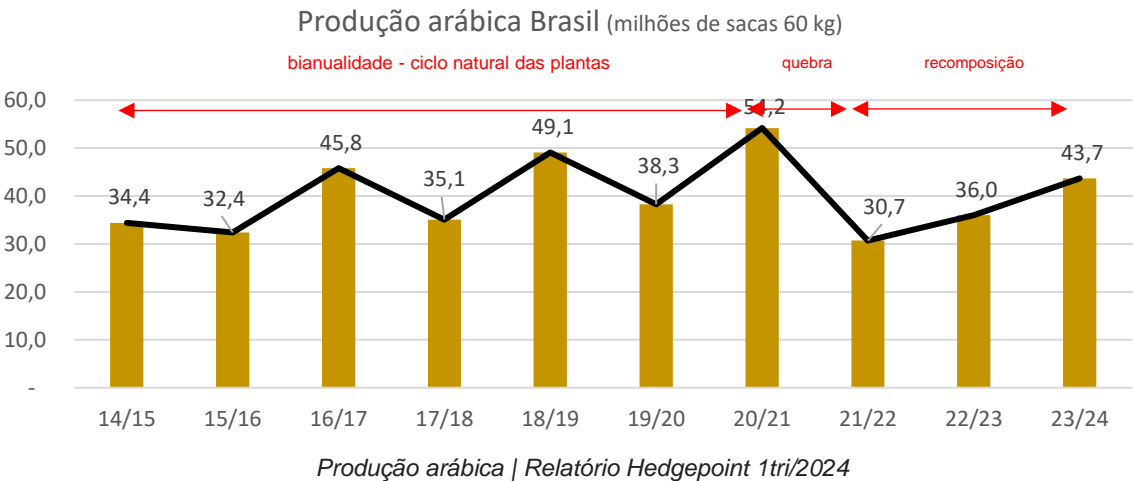
- em 2022, as empresas do Grupo continuaram ampliando sua receita, apesar do alto custo envolvido na operação, conseguiram registrar EBITDA positivo;
- em 2023, as empresas operacionais comercializaram aproximadamente 2,7 milhões de sacas de café;
- o faturamento de todo o Grupo, em 2023, foi de mais de R\$3bi; e
- o Grupo seguiu gerando, em 2023, mais de 170 empregos diretos.

## 2.2 A Crise Econômico-Financeira.

A desestabilização vivenciada pelo Grupo MT Tradings se deve basicamente a duas ocorrências externas, sendo a primeira decorrente dos impactos climáticos sobre a safra brasileira de café vivenciados em 2021/2022, que fizeram com que a estabilidade financeira das Recuperandas fosse comprometida, diante de sua decisão de honrar religiosamente os compromissos e entregas com seus clientes, ainda que às custas da absorção de prejuízos.

Depois disso, de 2024 para cá, um outro fator contribuiu para acirrar a crise: o mercado internacional de café passou a vivenciar uma alta colossal no preço do produto, que atualmente chegou a patamares recordes em todos os tempos (nunca observados – US\$ 440,05 cents/lb<sup>1</sup>), agravada pela desvalorização do real frente ao dólar. O movimento do mercado desequilibrou todo o setor, com gravíssimo impacto sobre as tradings.

De fato, a safra brasileira de café arábica sofreu grave quebra no biênio 2021/2022, em razão de eventos climáticos severos e concomitantes (geada, seca e granizo), com a perda de aproximadamente 24 milhões de sacas, o que representou uma expressiva queda em relação à média móvel dos 5 (cinco) anos anteriores. O gráfico a seguir oferece dados sobre a produção nacional:



Esse cenário se refletiu no não cumprimento de obrigações assumidas pelos produtores perante as Recuperandas, verificando-se volumes de entregas de café muito menores que os contratados, o que levou o Grupo MT Tradings, a seu turno, a se ver impossibilitado de cumprir os contratos de venda já avançados com seus clientes. Na ocasião, diversos contratos de entrega de café por parte dos produtores foram postergados para a safra seguinte, o que supostamente garantiria o abastecimento futuro, mas não permitia que as Recuperandas cumprissem os compromissos daquele momento com os clientes perante os quais se obrigara.

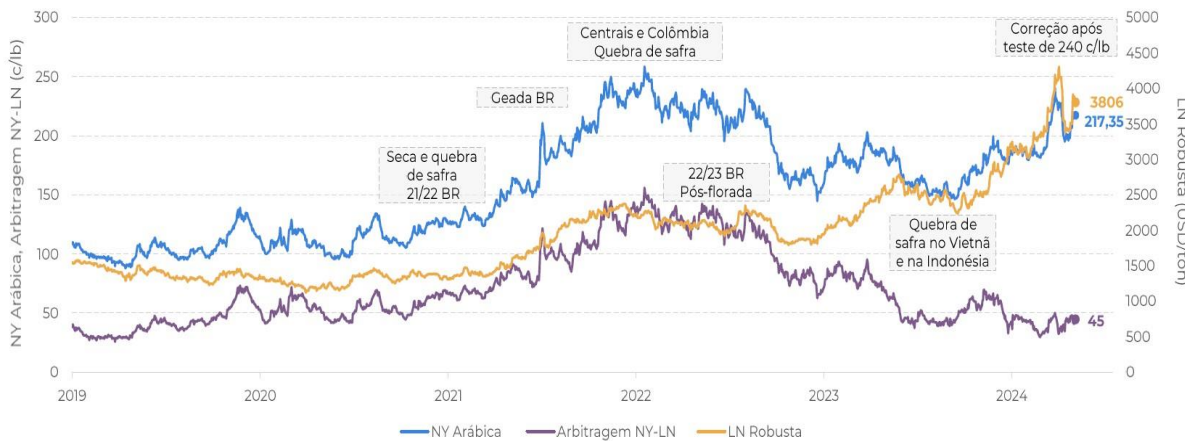
<sup>1</sup> Bolsa de Nova York, cotação de 13.2.2025, às 10:34 horas.



Nesse contexto delicado, a Atlântica e a Cafebras resolveram adotar a postura firme de ir ao mercado à vista e comprar a quantidade de café necessária para completar o volume comprometido com seus clientes, de modo a honrar integralmente os contratos, ainda que às custas de prejuízo financeiro.

É que a escassez do produto acarretou uma brusca elevação dos preços, como evidencia o gráfico a seguir. Veja-se que o preço do café arábica passou da casa dos US\$ 150/lb (cento e cinquenta centavos de dólar por libra peso) para a casa dos US\$ 250/lb (duzentos e cinquenta centavos de dólar por libra peso):

NY Arábica, LN Robusta, Arbitragem NY-LN (1º Contrato em 27 de maio)



Fonte: ICE, Refinitiv

Preços NY ARA, LN Ro | Relatório Hedgepoint 1tri/2024

Assim, a decisão das Recuperandas de comprar café para honrar os contratos com seus clientes exigiu o dispêndio de uma soma de recursos não prevista para pagamento desse preço mais alto, desestruturando o equilíbrio financeiro existente e gerando um aumento no endividamento delas perante os Bancos, inclusive com comprometimento do controle sobre os ativos.

Em resumo, a Atlântica e a Cafebras vivenciaram cenário no qual o não recebimento do café provocou uma defasagem no ativo das Companhias, ao mesmo tempo em que a elevação dos preços e a consequente necessidade de obter crédito para comprar café e honrar contratos com clientes provocou a elevação no seu passivo. Deu-se origem,



então, a um endividamento bancário descasado de seus ativos, o que terminou desencadeando a crise financeira atual.

As Recuperandas, conduzidas a esse cenário sensível, passaram a conviver com a expectativa de que o endividamento fosse se solucionar com o desempenho mais favorável dos anos seguintes. Contudo, essa perspectiva não se confirmou e o que se viu foi que os produtores mantiveram a postura de não proceder às entregas esperadas pelas Companhias, o que demandou o recurso a capitais para cobertura dos compromissos com os clientes.

Além disso, os Bancos mudaram de posição, decidindo impor óbices à renovação de prazos dos empréstimos e dos próprios limites de crédito, que deveriam ser reduzidos. Essa guinada agravou a situação das Recuperandas, que se viram sem crédito para financiar as operações e convocadas a liquidar em curto prazo um passivo que se esperava pagar ao longo dos próximos anos.

Nesse contexto já sensível outro fator tornou ainda mais turbulenta a realidade financeira das Recuperandas. De fato, a alta (a mais expressiva das últimas décadas) no preço futuro do café, combinada com a desvalorização do real frente ao dólar, geraram a demanda imediata por uma grande quantidade de recursos financeiros, que não estão disponíveis no caixa das Companhias.

O gráfico a seguir demonstra que os preços do mais líquido contrato futuro de café, negociado na Inter Continental Exchange<sup>2</sup> em Nova York, já superaram a máxima histórica de 40 (quarenta) anos, senão veja -se:

---

<sup>2</sup> Inter Continental Exchange – Bolsa de Valores, que serve de referência para liquidação de contratos de café arábica. Histórico de cotações disponível em <https://tradingeconomics.com/commodity/coffee>







Coffee Futures – ICE NY – 1980 -2025 – Investing.com

Sem qualquer exagero, a elevação nos preços do café nos patamares vivenciados tem se mostrado um fenômeno absolutamente incomum, nunca antes ocorrido, revelando quadro visivelmente descoordenado dos fundamentos microeconômicos que costumam regular essa *commodity*.

De fato, como se vê do gráfico anterior, a cotação do café arábica, até meados de 2021, girava em torno de US\$125 cents/lb (cento e vinte e cinco centavos de dólar por libra-peso). Em 2022, o referido indicador chegou a cerca de US\$250 cents/lb (duzentos e cinquenta centavos de dólar por libra-peso), em razão da quebra de safra de aproximadamente 53% (cinquenta e três por cento), no período de 2021/2022.

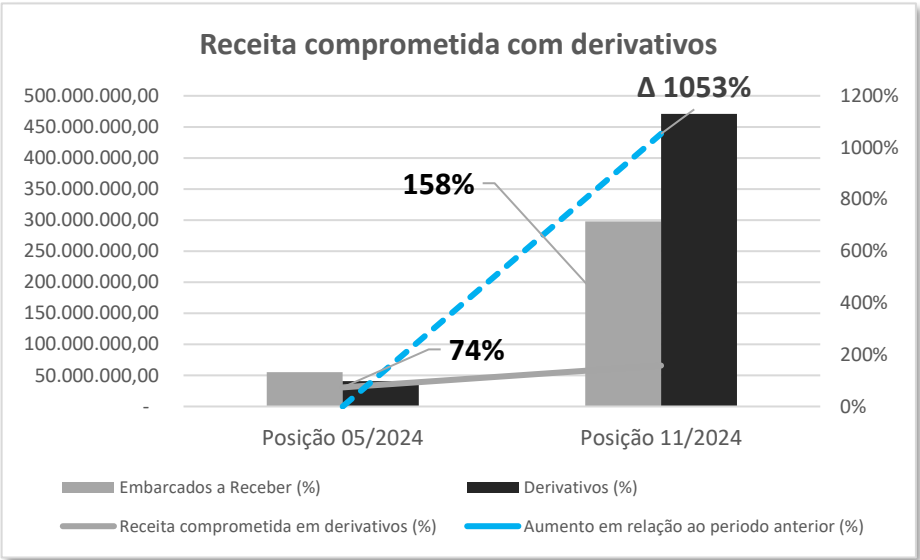
A tendência de alta se manteve desde então (mesmo com a recuperação das lavouras) e o cenário atual se mostrou ainda mais dramático, já que os preços subiram para a estratosférica casa dos US\$ 440 cents/lb (início de 2025), como já apontado.

A escalada imprevisível dos preços observada em 2024 produziu enorme consequência nas finanças do Grupo MT Tradings, acabando por estressar ainda mais o caixa, uma vez que as Recuperandas passaram a sofrer com constantes “chamadas de margem”, por parte das Corretoras e Bancos que comercializam os derivativos, ante a elevação absurda das cotações.

O gráfico abaixo produz uma demonstração do quadro descrito. É possível verificar que, em maio de 2024, os compromissos com derivativos representavam cerca de



74% (setenta e quatro por cento) do volume de recebíveis do Grupo. Mais à frente, em meados de novembro de 2024, o volume de compromissos com derivativos passou a representar 158% (cento e cinquenta e oito por cento) do saldo de recebíveis, em um impressionante aumento de 1.053% (um mil e cinquenta e três por cento). Em termos nominais, o valor de derivativos saltou de cerca de R\$ 50mi (cinquenta milhões de reais) para cerca de R\$ 470mi (quatrocentos e setenta milhões de reais). As constantes chamadas de margem (valor a ser depositado pelas empresas para garantir a posição dos derivativos), tornaram insustentável a estrutura de caixa de curto prazo das Recuperandas. Veja-se:



Não bastasse a alta estrondosa do preço do café e a demanda de recursos financeiros para fazer face às chamadas de margem, o caixa das Recuperandas também foi impactado, ao longo do último ano, pela desvalorização do real brasileiro frente ao dólar americano (moeda na qual o café é cotado no mercado internacional). A partir do segundo semestre de 2023, como é notório, o dólar vem se aproximando de sua cotação máxima histórica<sup>3</sup>, o que acaba por elevar a necessidade de caixa das Recuperandas em reais.

O cenário ora noticiado convive, entretanto, com a forte convicção das Recuperandas de sua viabilidade econômico-financeira, como se pode ver dos dados que acompanham este Plano de Recuperação Judicial.

<sup>3</sup> Apenas nos últimos 12 (doze) meses antecedentes ao protocolo da Recuperação Judicial, a moeda norte-americana já acumulava alta de 18,15% em relação ao real brasileiro.



De fato, o soerguimento do Grupo MT Tradings é perfeitamente viável, para o que se faz necessária a readequação das dívidas perante as Instituições Financeiras e as Corretoras, com o ajuste dos custos, prazos das linhas de crédito e compromissos financeiros relacionados às chamadas de margem para patamar compatível com as projeções financeiras das Companhias. É o que se pretende com o implemento das condições previstas neste PRJ.



3. REESTRUTURAÇÃO E VIABILIDADE ECONÔMICA

3.1 Visão Geral da Reestruturação e Demonstração da Viabilidade Econômica das Recuperandas.

As Recuperandas são devedoras de créditos concursais nos montantes de **R\$573.249.644,45** (quinhentos e setenta e três milhões, duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) e **US\$ 256.504.553,08** (duzentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três dólares e oito centavos). Com a conversão da dívida em moeda estrangeira para BRL (reais brasileiros) ao câmbio de R\$5,70 (cinco reais e setenta centavos), o passivo concursal das Recuperandas monta a **R\$ 2.035.325.597,01** (dois bilhões, trinta e cinco milhões, trezentos e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais e um centavo), distribuído entre as Recuperandas e as classes de credores como a seguir:

	VALOR BRL	VALOR USD	VALOR REF. BRL
PASSIVO CONCURSAL	573.249.644,45	256.504.553,08	2.035.325.597,01
CLASSE I - TRABALHISTA	104.277,89	-	104.277,89
ATL	36.282,17	-	36.282,17
CFB	23.950,56	-	23.950,56
CIA	-	-	-
GROUP	44.045,16	-	44.045,16
CLASSE II - GARANTIA REAL	33.119.036,36	11.425.381,66	98.243.711,82
ATL	16.758.367,81	6.133.548,33	51.719.593,29
CFB	16.357.218,55	5.291.833,33	46.520.668,53
CIA	-	-	-
GROUP	3.450,00	-	3.450,00
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIO	539.932.188,77	245.079.171,42	1.936.883.465,86
ATL	463.158.555,21	152.607.933,31	1.333.023.775,08
CFB	76.655.386,81	92.471.238,11	603.741.444,04
CIA	23.112,28	-	23.112,28
GROUP	95.134,47	-	95.134,47
CLASSE IV - ME/EPP	94.141,43	-	94.141,43
ATL	14.044,55	-	14.044,55
CFB	76.698,48	-	76.698,48
CIA	1.899,20	-	1.899,20
GROUP	1.499,20	-	1.499,20

4 Tabela 1 - Estrutura do Passivo concursal (câmbio ref. R\$5,70)

As Recuperandas são ainda devedoras de passivo extraconcursal no montante de **US\$ 18.022.281,59** (dezoito milhões, vinte e dois mil, duzentos e oitenta e um dólares e cinquenta e nove centavos), equivalentes a **R\$ 102.802.698,65** (cento e dois milhões,



oitocentos e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), se aplicada a mesma cotação acima referida.

Para solução do passivo em questão e sua adequação à realidade das Recuperandas e de suas projeções financeiras, este PRJ contempla duas principais medidas: a incidência de desconto sobre o valor dos créditos e o alongamento do prazo de pagamento das obrigações.

Essas medidas permitirão às Recuperandas superar a crise econômico-financeira e estabilizar suas relações creditícias, como se pode inferir dos dados apresentados no Laudo Econômico-Financeiro.

Em suma, os volumes de sacas de café que serão recebidas pelas Recuperandas promoverão um acúmulo de caixa nos anos iniciais do projeto de reestruturação, de forma que todo o passivo reestruturado poderá ser liquidado, havendo também o provisionamento para a liquidação do passivo extraconcursal, bem como a constituição de uma reserva de caixa para o financiamento da elevação de volumes comercializados pelas Recuperandas.

Dessa forma, sob condições mercadológicas bastante razoáveis, as Recuperandas possuem a capacidade não só de gerar caixa para a liquidação de seu Passivo Reestruturado, como também a de financiar seu giro de curto prazo, uma vez afastadas da pressão provocada pelo vencimento imediato de suas dívidas.

Como se pode ver, a viabilidade econômico-financeira das Recuperandas está devidamente atestada no Laudo Econômico-Financeiro que acompanha este PRJ e que dele constituem parte integrante. O referido documento (**Anexo II**) é de lavra do escritório Marcca Perícias Contábeis, assinado por Márcia Desirée Gontijo, profissional com larga experiência em perícias contábeis e financeiras, Judiciais e Extra judiciais, bem como avaliação de empresas, auditoria, consultoria e preparação de planos de recuperação judicial.

### 3.2 Alcance

As Recuperandas pagarão os Créditos Concursais na forma deste PRJ, sendo que as condições previstas no próximo capítulo valerão para todas elas, que fazem parte da presente Recuperação Judicial, em regime de consolidação processual. As disposições

abaixo aplicam-se a todos os Credores Concursais das Recuperandas, de acordo com as previsões das respectivas classes e sub-classes.

### **3.3. Novação**

Todos os Créditos Concursais são novados por este PRJ e serão pagos na forma por ele estabelecida, a teor do artigo 59 da LRF. Com a referida novação, todas as obrigações, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias dos instrumentos originais dos quais decorrem os Créditos Concursais que sejam incompatíveis com as condições do PRJ deixarão de ser aplicáveis, prevalecendo as disposições ora estipuladas.

## **4. MEIOS DE RECUPERAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DOS CRÉDITOS**

### **4.1 Meios de Recuperação e Forma de sua Apresentação neste PRJ**

Em síntese, as Recuperandas pretendem se valer dos meios de alguns dos meios de recuperação previstos no art. 50 da LRE, em especial da liquidação dos Créditos Concursais com descontos e prazos previstos neste PRJ, para implementar sua reestruturação econômico-financeira, tal como passam a detalhar a seguir.

As condições propostas para pagamento dos Créditos Concursais previstas abaixo aplicam-se a todas as Recuperandas, que fazem parte desta Recuperação Judicial em regime de consolidação processual. Essa apresentação única não implica, expressa ou tacitamente, na pretensão das Recuperandas de obterem sua reestruturação mediante consolidação substancial. O formato utilizado se deve unicamente ao fato de que as condições propostas são as mesmas para todas as quatro Recuperandas.



#### **4.2 Pagamentos aos Credores da Classe I (Credores Trabalhistas).**

Os Créditos Trabalhistas serão pagos no exato valor constante da Lista de Credores, sem incidência de juros ou correção monetária, em parcela única, em até 12 (doze) meses contados da Data de Homologação, atendendo ao estabelecido no art. 54 da Lei 11.101/2005.

Os Créditos Trabalhistas Judicializados somente serão pagos após a Constituição Definitiva do Crédito Trabalhista, no valor estipulado pela Justiça do Trabalho, com a incidência dos juros e correção monetária estipulados no título executivo judicial apenas até a Data do Pedido de RJ. Os Credores Trabalhistas Judicializados serão pagos em conjunto com os demais Credores Trabalhistas quando a Constituição Definitiva do Crédito Trabalhista for anterior ao pagamento realizado aos demais. Nos casos em que a Constituição Definitiva do Crédito Trabalhista ocorrer em data posterior à data do pagamento dos demais Credores Trabalhistas, conforme previsto neste PRJ, o pagamento será realizado em até 30 dias contados da Constituição Definitiva do Crédito Trabalhista, sendo desnecessário o procedimento de habilitação de crédito.

#### **4.3 Pagamento aos Credores da Classe II (Credores com Garantia Real).**

Os créditos garantidos por direito real estarão sujeitos a um deságio de 80% (oitenta por cento) sobre os valores constantes da Lista de Credores. Os créditos assim reestruturados serão pagos em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e sucessivas, iniciando-se o pagamento no 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data da Homologação. As parcelas subsequentes vencerão no mesmo dia dos semestres seguintes, ressalvados os casos em que o vencimento recaia em dia não útil, hipótese em que o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Os valores pagos serão atualizados financeira e monetariamente pela taxa de juros efetiva de 2% (dois por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor desde a Data da Homologação até o efetivo pagamento de cada parcela. Durante o período de carência, essa correção será calculada continuamente e capitalizada ao valor principal, sendo o montante atualizado amortizado ao longo do prazo de pagamento, segundo o SAC.



#### **4.4 Pagamento aos Credores da Classe III (Credores Quirografários).**

Os créditos quirografários estarão sujeitos a um deságio de 88% (oitenta e oito por cento) sobre os valores constantes da Lista de Credores. Os créditos assim reestruturados serão pagos em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e sucessivas, iniciando-se o pagamento no 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Homologação. As parcelas subsequentes vencerão no mesmo dia dos semestres seguintes, ressalvados os casos em que o vencimento recaia em dia não útil, hipótese em que o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Os valores pagos serão atualizados financeira e monetariamente pela taxa de juros efetiva de 2% (dois por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor desde a data da homologação do Plano até o efetivo pagamento de cada parcela. Durante o período de carência, essa correção será calculada continuamente e capitalizada ao valor principal, sendo o montante atualizado amortizado ao longo do prazo de pagamento, segundo o SAC.

#### **4.5 Pagamento aos Credores da Classe IV (Credores ME ou EPP).**

Os créditos pertencentes a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), devidamente habilitados, serão pagos integralmente, sem a aplicação de deságio e sem qualquer correção monetária ou incidência de juros, considerando-se os valores constantes da Lista de Credores.

O pagamento será realizado no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados da Data de Homologação, podendo ser efetuado em parcela única ou em parcelas mensais e sucessivas, a critério da Recuperanda, desde que integralmente quitado dentro do referido prazo.

#### **4.6 Pagamento aos Credores Fornecedores Parceiros.**

Os créditos dos credores que vierem a ser reconhecidos como Fornecedores Parceiros serão pagos integralmente, sem aplicação de deságio e sem incidência de correção monetária ou juros, no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da Data de Homologação, podendo o pagamento ser realizado em parcela única ou em parcelas mensais e sucessivas, conforme conveniência operacional das Recuperandas.

A adesão ao regime diferenciado ora previsto exige a manifestação expressa de vontade por parte do credor interessado, mediante envio de proposta ao endereço eletrônico [ri@mttradings.com.br](mailto:ri@mttradings.com.br), diante de expresse convite encaminhado pelas Recuperandas, com o compromisso formal de manter o fornecimento regular de mercadorias e/ou serviços em condições comerciais e de prazos de pagamento iguais ou mais vantajosas do que aquelas praticadas antes do ajuizamento do pedido de recuperação judicial.

O aceite da proposta e o reconhecimento da condição de Credor Fornecedor Parceiro depende da análise das Recuperandas, com base em critérios de essencialidade, continuidade, viabilidade técnica e interesse estratégico, não gerando obrigação de aceite nem direito subjetivo à condição especial aqui prevista.

Todas as adesões aprovadas pelas Recuperandas serão documentadas por escrito e submetidas à Administração Judicial para fins de ciência, controle e efetivo registro nos autos do processo de recuperação judicial, garantindo transparência e segurança jurídica às partes envolvidas.

#### **4.7 Créditos Ilíquidos**

Todos os créditos que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente à Data do Pedido de RJ ou cujo fato gerador seja anterior ao Pedido de RJ, que sejam ou não objeto de disputa judicial ou procedimento arbitral e que constem ou não da Lista de Credores, também são novados por este PRJ, estando integralmente sujeitos aos efeitos deste PRJ e da Recuperação Judicial, nos termos do artigo 49 da LRF, de forma que o saldo credor a ser liquidado estará sujeito aos valores, prazos, termos e condições previstos no presente PRJ, de acordo com as condições da respectiva classe.

Os Créditos Ilíquidos somente serão quitados após definitivamente constituídos, o que ocorrerá com a certificação do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial condenatória, incluindo homologatória de acordo, e/ou da decisão de liquidação.





**4.7.1. Impugnações de Crédito.** Os Credores Concursais que forem parte em procedimento judicial de habilitação, divergência ou impugnação de crédito somente receberão o pagamento de seus Créditos, nos termos e condições deste Plano aplicáveis à sua classe, após a certificação do trânsito em julgado da decisão judicial que fixar o valor e/ou a classificação de seus créditos.

#### **4.8 Constituição de Novos Créditos ou Alteração de Créditos já Existentes**

Todos os créditos cujo fato gerador tiver ocorrido antes da Data do Pedido de RJ serão pagos na forma desse PRJ. Nas hipóteses de serem reconhecidos novos Créditos Concursais ou serem alterados Créditos Concursais já reconhecidos na Lista de Credores, por decisão judicial, arbitral ou acordo entre as partes, tais créditos reconhecidos ou alterados serão pagos na forma prevista neste PRJ, a partir do trânsito em julgado da decisão judicial que determinar a inclusão de tais créditos na Lista de Credores, estando sujeitos aos valores, prazos, termos e condições previstos no presente PRJ, de acordo com as previsões da respectiva classe.

#### **4.9 Meios de Pagamento**

Os pagamentos em dinheiro aos credores nos termos deste PRJ serão feitos por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo credor, por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou de PIX. O comprovante de compensação bancária do valor creditado a cada credor servirá de prova de quitação do respectivo pagamento.

**4.9.1 Contas bancárias.** Para viabilizar o regular cumprimento das obrigações assumidas neste Plano de Recuperação Judicial, os credores deverão informar seus dados bancários completos (banco, agência, número da conta, tipo de conta, titularidade e CPF/CNPJ) exclusivamente por meio do endereço eletrônico [rj@mttradings.com.br](mailto:rj@mttradings.com.br). Serão desconsiderados em absoluto os dados bancários fornecidos por qualquer outro meio, o que inclui, mas não se restringe, o protocolo de petição nos autos, o envio para outro endereço

eletrônico e o envio de correspondência.

O não fornecimento das informações bancárias na forma estabelecida neste PRJ até 5 (cinco) dias antes da data de pagamento implicará na suspensão do pagamento do respectivo crédito, que permanecerá provisionado e será quitado tão logo o credor regularize a pendência mediante envio dos dados solicitados. Nesses casos, o pagamento ocorrerá na primeira tranche de pagamentos semestrais subsequente ao recebimento das informações, sem incidência de encargos adicionais ou penalidades para as Recuperandas. Os pagamentos que não forem realizados em razão de os credores não terem informado suas contas bancárias no prazo estabelecido, assim como aqueles que não se concluem por problemas operacionais da instituição bancária ou por incorreção das informações fornecidas pelo credor não serão considerados como um evento de descumprimento do PRJ.

**4.9.2 Credores representados por Advogados.** O pagamento pode ser realizado na conta bancária do Advogado do Credor, desde que as informações bancárias, que devem ser fornecidas na forma da cláusula 4.9.3, sejam acompanhadas de procuração e documentos de representação que comprovem outorga de poderes específicos para receber os créditos sujeitos a essa Recuperação Judicial. Nos casos em que haja envio de informações bancárias de Advogados desacompanhadas da procuração, o pagamento ocorrerá na primeira tranche de pagamentos semestrais subsequente ao recebimento do documento, sem incidência de encargos adicionais ou penalidades para as Recuperandas. Os pagamentos que não forem realizados em razão de os credores terem encaminhado dados bancários de Advogados desacompanhados da comprovação da outorga de poderes não serão considerados como um evento de descumprimento do PRJ.

#### **4.10 Garantias prestadas por uma Recuperanda em benefício da outra**

As garantias prestadas por uma Recuperanda em benefício da outra ficam suspensas durante o cumprimento, pela devedora principal, deste PRJ, de forma que ficam os Credores Concursais impedidos de exigir os pagamentos devidos por Recuperanda diversa da que figurou como devedora principal no negócio jurídico que deu origem ao crédito. Após o integral cumprimento deste PRJ pela devedora principal, extinguem-se em definitivo todas as garantias.

#### **4.11 Demais Meios de Recuperação**

Sem prejuízo das medidas elencadas acima, a Recuperanda poderá, ainda, utilizar todos os demais meios de recuperação previstos no artigo 50 da LFR.

**4.11.1 Alienação de Bens do Ativo Não Circulante.** As Recuperandas ficam autorizadas, independentemente de nova manifestação dos Credores Concursais, a, nos termos dos arts. 60 e 66 da LRF, alienar, transacionar, transferir, explorar e/ou onerar eventuais bens do ativo não circulante, inclusive mediante a constituição de unidade produtiva isolada, se for o caso, observadas as eventuais prerrogativas e prioridades de terceiros, ficando o objeto da aquisição livre de ônus e o adquirente protegido contra a sucessão das obrigações das Recuperandas. Os termos e condições da operação deverão constar de eventual edital acerca do processo competitivo. Os recursos decorrentes dessas operações serão destinados ao caixa das Recuperandas.

**4.11.2 Financiamento Extraconcursal.** As Recuperandas poderão também, caso necessário, independentemente de prévia autorização dos Credores Concursais, contratar novas linhas de crédito ou financiamentos necessários ou úteis para suas atividades, podendo outorgar garantias sobre bens de seu ativo não circulante. Eventuais recursos novos obtidos terão natureza extraconcursal, para todos os fins de direito, em especial para fins da LRE.

### **5 EFEITOS DO PLANO**

#### **5.1 Vinculação do Plano**

As disposições do PRJ vinculam as Recuperandas, os Credores Concursais e os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da Data de Homologação do Plano.

#### **5.2 Extinção de Ações**

Os Credores não mais poderão, a partir da Homologação Judicial do Plano, em relação às Recuperandas e às obrigações abrangidas por esta RJ: (i) ajuizar ou prosseguir com qualquer ação judicial, procedimento arbitral, ou processo de qualquer tipo relacionado a

25

Crédito Concursal; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral relativa a Créditos Concurtais; (iii) penhorar ou manter penhorado quaisquer bens (incluindo dinheiro) para satisfazer seus Créditos Concurtais, devendo as penhoras serem canceladas com a Homologação Judicial do Plano; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos para assegurar o pagamento de seus Créditos Concurtais; (v) reclamar qualquer direito de compensação envolvendo qualquer Crédito Concursal; e (vi) buscar a satisfação de seus Créditos Concurtais por quaisquer outros meios diversos daqueles previstos no PRJ.

Todas as ações e execuções judiciais em curso contra as Recuperandas das obrigações abrangidas por esta RJ, que sejam relativas aos Créditos Concurtais, serão suspensas com a Homologação Judicial do Plano até o pagamento integral das obrigações dele, dando-se, com esse evento (o pagamento integral das obrigações do Plano) a extinção de todos os processos.

### **5.3 Quitação**

Uma vez realizados pelas Recuperandas os pagamentos previstos neste Plano, ficarão automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, quitados, de forma irrevogável e irretratável, todos os Créditos Concurtais de qualquer tipo e natureza contra as Recuperandas, não podendo os Credores Concurtais nada mais reclamarem a qualquer título, contra quem quer que seja, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações.

### **5.4 Protestos**

Uma vez aprovado o PRJ com a novação de todos os créditos sujeitos ao procedimento recuperacional pela decisão que conceder a Recuperação Judicial, ficarão cancelados todos os protestos lavrados contra as Recuperandas, o que se implementará mediante a expedição de ordem a ser proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial a pedido das Recuperandas, a partir da data de Homologação Judicial do Plano.

## **5.5 Modificação do Plano**

Aditamentos, alterações ou modificações ao PRJ podem ser propostas a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano pelas Recuperandas, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam submetidas à votação em Assembleia de Credores.

## **6 DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **6.1 Contratos Existentes e Conflitos**

Na hipótese de conflito entre as disposições deste PRJ e as obrigações previstas nos contratos celebrados com qualquer credor anteriormente à Data do Pedido de RJ, este Plano prevalecerá.

### **6.2 Aprovação de Autoridades Governamentais**

Todas as disposições deste PRJ que dependam de aprovação de Autoridades Governamentais deverão ser aprovadas pelos referidos órgãos para que surtam seus regulares efeitos. As disposições deste PRJ poderão ser adaptadas para cumprir as exigências de Autoridades Governamentais.

### **6.3 Anexos**

Todos os anexos deste PRJ são a ele incorporados e constituem parte integrante do PRJ. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este PRJ e qualquer anexo, o PRJ prevalecerá.



#### **6.4 Encerramento da Recuperação Judicial**

O processo de Recuperação Judicial será encerrado a qualquer tempo após a Homologação Judicial do PRJ, a requerimento das Recuperandas, desde que (i) esse encerramento seja aprovado pelo voto dos Credores Concursais que representem a maioria simples dos Créditos Concursais presentes na Assembleia de Credores; ou (ii) seja proferida decisão de encerramento prematuro da Recuperação Judicial; ou (ii) todas as obrigações do PRJ que se vencerem em até 2 (dois) anos após a Homologação Judicial do Plano tenham sido cumpridas.

#### **6.5 Comunicações**

Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações dirigidos às Recuperandas, requeridas ou permitidas por este PRJ, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento; ou (ii) enviadas por correio eletrônico, quando efetivamente entregues e confirmadas por escrito pelas Recuperandas.

#### **6.6 Data do Pagamento**

Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação prevista no PRJ estar prevista para ser realizada ou satisfeita em um dia que não seja um Dia Útil na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, o referido pagamento ou obrigação poderá ser realizado ou satisfeita no primeiro Dia Útil seguinte, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

#### **6.7 Descumprimento do PRJ**

Em caso de mora, deverá ser requerida a convocação de uma Assembleia Geral de Credores com a finalidade de deliberar junto aos Credores Concursais sobre a medida mais adequada para sanar o descumprimento do PRJ, sendo que tal pedido poderá ser formulado ao Juízo da Recuperação Judicial por qualquer parte interessada, na forma da LRE. Para fins deste item, haverá mora caso qualquer das Recuperandas descumpra alguma disposição deste PRJ e não sane tal descumprimento no prazo de até 30 (trinta) dias.

## 6.8 Divisibilidade das Previsões do Plano

Na hipótese de qualquer termo ou disposição do PRJ ser considerada inválida, nula ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação Judicial, o restante dos termos e disposições do PRJ permanecerão válidos e eficazes.

Nessa hipótese de invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade parcial, as Recuperandas poderão rever este PRJ para substituir os itens e disposições consideradas inválidas, nulas ou ineficazes por outras que produzam, na máxima extensão permitida pela lei aplicável, efeitos equivalentes, mantendo-se os efeitos daquelas que não foram declaradas inválidas, nulas ou ineficazes.

## 6.9 Lei Aplicável

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste PRJ deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

## 6.10 Eleição de Foro

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este PRJ ou aos ativos das Recuperandas serão resolvidas pelo Juízo da Recuperação Judicial até o encerramento do processo de Recuperação Judicial. Após o encerramento do processo de Recuperação Judicial, as controvérsias ou disputas oriundas deste PRJ serão resolvidas perante o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Este PRJ é firmado pelo representante legal das Recuperandas, assim constituído na forma do respectivo dos seus atos constitutivos, do Laudo Econômico-Financeiro e do Laudo de Avaliação dos Bens e Ativos, subscritos por empresas especializadas, na forma da LRE.

Belo Horizonte/MG, 16 de maio de 2025.

**ATLÂNTICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A. – Em Recuperação Judicial**

**CAFEBRAS COMÉRCIO DE CAFÉS DO BRASIL S.A. – Em Recuperação Judicial**

**MONTESANTO TAVARES GROUP PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial**

**COMPANHIA MINEIRA DE INVESTIMENTOS EM CAFÉ S.A. – Em Recuperação Judicial**

